

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.436.550 - SP (2019/0018983-9)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : RAIZEN ENERGIA S.A
ADVOGADO : FERNANDO ENDRIGO GATTO - SP236365
AGRAVADO : JOAO NORBERTO CHIAVOLONI
AGRAVADO : ANA MARIA QUISTE CHIAVOLONI
ADVOGADO : MARCELO DOS SANTOS - SP275821

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por RAIZEN ENERGIA S/A contra decisão que deixou de admitir o recurso especial.

O apelo extremo manejado com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 142, e-STJ):

APELAÇÃO. PARCERIA AGRÍCOLA. AÇÃO DE COBRANÇA. INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE CANA-DE-AÇÚCAR. DISTRATO AMIGÁVEL. OBSERVAÇÃO DE NÃO ENGLOBAR DÉBITO VENCIDO EM 05/11/2010. AÇÃO DE COBRANÇA AJUIZADA EM 10/11/2015. INCIDÊNCIA DO ART. 206, § 5º, I, CC/2002. PRESCRIÇÃO. RECURSO IMPROVIDO.

No caso em julgamento, ao contrário do sustentado pela apelante, o instrumento particular de rescisão amigável de contrato de venda e compra de cana-de-açúcar não caracteriza a novação descrita no art. 360 do Código Civil. A novação objetiva se dá somente se houver a substituição de obrigação por outra, cujo objeto seja totalmente incompatível com o da primeira. Pelo instrumento de rescisão, em sua cláusula 3ª, as partes deram mútua, recíproca, plena, geral, rasa e irrevogável quitação, exceto quanto ao débito existente, vencido e atualizado em 05/11/2010, na importância de R\$ 62.941,86 proveniente da aquisição antecipada de cana-de-açúcar e custeio de produção agrícola de outro fundo. Desse modo, o distrato nada estabeleceu a respeito da dívida cobrada nestes autos. Apenas fez referência a ele para excluí-lo da quitação. Assim, o prazo prescricional deve ser contado a partir da data mencionada no distrato como a data do vencimento da dívida (05/11/2010). Todavia, a presente ação foi ajuizada somente em 10/11/2015, quando já havia transcorrido na integralidade o prazo previsto no art. 206, § 5º, I, do CC/2002.

Nas razões do recurso especial (fls. 148/154, e-STJ), a insurgente alegou violação ao artigo 360, inciso I e 206 do Código Civil. Sustentou, em síntese, a existência de novação do contrato, bem como a ausência de prescrição.

Contrarrazões às fls. 160/164, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 165/166, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os seguintes fundamentos: i) não foi demonstrada a alegada vulneração ao dispositivo arrolado; ii) incidência da Súmula 7 do STJ.

Daí o agravo (fls. 169/177, e-STJ), buscando destrancar o processamento do

apelo especial, no qual a insurgente alega ter preenchido os pressupostos de admissibilidade. Refuta os óbices supracitados.

Sem contraminuta (fl. 179, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Nos termos do artigo 360, I, do Código Civil, ocorre a novação quando contrai o credor nova dívida para extinguir e substituir a anterior.

Nesse segmento, o artigo 361 do mesmo *Codex* informa que inexistindo ânimo de novar, expresso ou tácito mas inequívoco, a segunda obrigação confirma simplesmente a primeira.

Na hipótese ora em foco, o Tribunal de origem consignou "o instrumento particular de rescisão amigável de contrato de venda e compra de cana-de-açúcar, assinado entre os litigantes, não se caracteriza como a novação", como se extrai dos seguintes excertos (fls. 144/145, e-STJ):

No caso em julgamento, ao contrário do sustentado pela apelante, o instrumento particular de rescisão amigável de contrato de venda e compra de cana-de-açúcar, assinado entre os litigantes, não se caracteriza como a novação descrita no art. 360 do Código Civil (fls. 41/42). A novação objetiva se dá somente se houver a substituição de obrigação por outra, cujo objeto seja totalmente incompatível com o da primeira.

Verifica-se que o instrumento particular de rescisão amigável estabeleceu que estava rescindido o contrato de venda e compra de cana-de-açúcar, datado de 26/03/2007, que tinha por objeto a venda e compra de 14.300 t de cana-de-açúcar dos fundos agrícolas Sítio Santo Alegre.

Pelo instrumento de rescisão, em sua cláusula 3ª, as partes de deram mútua, recíproca, plena, geral, rasa e irrevogável quitação uma à outra, para nada mais reclamar, a qualquer título, achando-se pagas e satisfeitas de todos os seus haveres, recíprocos e finais, sem exceção, decorrentes do contrato distratado, exceto quanto ao débito existente, vencido e atualizado em 05/11/2010, na monta de R\$ 62.941,86 proveniente da aquisição antecipada de cana-de-açúcar e custeio de produção agrícola do fundo Fazenda Duas Estrelas, Ribeirão Bonito-SP.

Sendo assim, não é possível, em sede de recurso especial, a revisão do acórdão recorrido para modificar o entendimento do Tribunal de origem no que se refere à existência ou não do instituto da novação entre as partes, pois tal análise exige o reexame de cláusulas contratuais e de matéria fático-probatória, o que encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUTORIZAÇÃO DE JULGAMENTO. MONOCRÁTICA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ E DA SÚMULA 284/STF. CONFIRMAÇÃO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. "A existência de precedentes persuasivos autoriza, na forma do art. 927, IV, do CPC/2015 c/c a Súmula n. 568/STJ que: 'O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema'. Tal a eficácia mínima dos precedentes persuasivos que vinculam

horizontalmente, por seus fundamentos determinantes, os ministros relatores de determinado órgão colegiado à jurisprudência nele formada, atendendo às exigências de uniformidade, estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência, conforme o art. 926, do CPC/2015" (AgInt no AREsp 871.076/GO, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, Segunda Turma, DJe de 19/8/2016).

2. Não se configura violação do art. 535 do CPC/1973 quando o acórdão hostilizado, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

3. Para se concluir que a prova cuja produção fora requerida pela parte e indeferida pelo juiz é, ou não, indispensável à solução da controvérsia, seria necessário proceder-se ao reexame do conjunto fático-probatório, providência incompatível com a via estreita do recurso especial, nos termos da citada Súmula 7/STJ.

4. A novação não pode ser presumida, devendo ser comprovado o preenchimento concomitante dos seguintes requisitos essenciais à sua configuração: "a intenção de novar, a preexistência de obrigação e a criação de nova obrigação, podendo também ser reconhecida, em razão da evidente incompatibilidade da nova obrigação com a anterior" (REsp 1.231.373/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, julgado em 07/02/2017, DJe de 03/03/2017).

5. A alteração da conclusão da Corte de origem no sentido da inexistência do animus novandi não pode ser realizada na via estreita do recurso especial, porquanto, no caso, demandaria o reexame do contexto fático-probatório dos autos e de cláusulas contratuais, o que, contudo, é vedado pelas Súmulas 5 e 7 do Superior Tribunal de Justiça.

6. "Não pode ser conhecido o recurso especial se o dispositivo apontado como violado não contém comando capaz de infirmar o juízo formulado no acórdão recorrido. Incidência, por analogia, a orientação posta na Súmula 284/STF" (REsp 884.146/MT, Primeira Turma, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJ de 16.8.2007).

7. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1181127/PR, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 30/05/2018)

2. No tocante à alegada ocorrência ou não da prescrição, ao solucionar a lide, a Corte local se pronunciou nos seguintes termos (fl. 145, e-STJ):

Pelo instrumento de rescisão, em sua cláusula 3ª, as partes se deram mútua, recíproca, plena, geral, rasa e irrevogável quitação uma à outra, para nada mais reclamar, a qualquer título, achando-se pagas e satisfeitas de todos os seus haveres, recíprocos e finais, sem exceção, decorrentes do contrato distratado, **exceto quanto ao débito existente, vencido e atualizado em 05/11/2010, na monta de R\$ 62.941,86 proveniente da aquisição antecipada de cana-de-açúcar e custeio de produção agrícola do fundo Fazenda Duas Estrelas, Ribeirão Bonito-SP.**

Desse modo, o distrato nada estabeleceu a respeito da dívida cobrada nestes autos. Apenas fez referência a ele para excluí-lo da quitação.

Assim, o prazo prescricional deve ser contado a partir da data mencionada no distrato como a data do vencimento da dívida (05/11/2010). Todavia, a presente ação foi ajuizada somente em 10/11/2015, quando já havia

transcorrido na integralidade o prazo previsto no art. 206, § 5º, I, do CC/2002.

A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento no sentido de que após a vigência do Código Civil de 2002, o prazo prescricional passou a ser de cinco anos, na forma do art. 206, § 5º, inciso I ("prescreve em cinco anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular").

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. 1. CERCEAMENTO DE DEFESA. SUFICIÊNCIA DE PROVAS ATESTADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO DO JULGADOR. INVERSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 2. DÍVIDA LÍQUIDA. INCIDÊNCIA DO PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. ART. 206, § 5º, I, DO CÓDIGO CIVIL. PRECEDENTE. 3. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(...)

2. Aplica-se a prescrição quinquenal, prevista no art. 206, § 5º, I, do Código Civil, às ações de cobrança em que se pretende o pagamento de dívida líquida constante de instrumento particular. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1215860/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 29/06/2018)

Assim, estando o acórdão recorrido em consonância com a orientação desta Corte Superior, inarredável a incidência do verbete sumular 83/STJ, aplicável às alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional.

3. Do exposto, **nego provimento** ao agravo e, com fulcro no artigo 85, § 11, NCPC, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários sucumbenciais fixados pelo Tribunal de origem.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator